

**INSTITUTO CIDADE SUSTENTÁVEL**

Rua Quinze de Novembro, 378, Centro

CEP: 88301420 - Tel: 4733488031

**Certidão de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA
1510/2019**

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/5341/1985>**Empreendedor****Nome:** Rossana Ferrari Scolari**CPF/CNPJ:** 00409226939**Endereço:** Rua Camboriú, 1012, Fazenda**CEP:** 88301451**Município:** ITAJAÍ**Estado:** SC**Empreendimento**

Município de Itajaí/ SMDUH - 83102277000152

Localizado em**Endereço:** Rua Tijucas, s/n, Centro**CEP:** 88301360**Município:** ITAJAÍ**Estado:** SC**Coordenada Plana (UTM):** X 731710.0, Y 7022278.0**Descrição do Empreendimento**

Declaração de Atividade Não Constante para obra de reurbanização de via pública já existente (Rua Tijucas, Centro).

Declaração

O presente órgão ambiental licenciador certifica para os devidos fins que o empreendedor acima citado informou a implantação/operação do empreendimento/atividade com a descrição acima, a qual não integra a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovada pelas Resoluções CONSEMA 01/06 e 98/2017 e suas alterações, portanto não sujeito ao licenciamento ambiental. Contudo o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente, e não se situar em área de preservação permanente e possuir Reserva Legal, se for imóvel em área rural.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no ato do requerimento e no Parecer Técnico de número 1987/2019.

O presente órgão poderá a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental, caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

Prazo de validade

A presente certidão foi emitida em 25 de Novembro de 2019 e é válida até 25 de Novembro de 2020, observadas as condições deste documento.

Advertência

Os dados e informações apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico que o representa. Lembramos que a apresentação de informações ou documentos falsos é crime, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas na LEI 9.605/98, Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

Data, local e assinatura

ITAJAÍ, 25 de Novembro de 2019

Rafael Xavier
Diretor Presidente Interino - Portaria 3097/2019

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Rafael Xavier em 25/11/2019 14:53:55